



## TERMO DE REFERÊNCIA

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO:

**Definição do objeto:** Prestação de serviços com fornecimento de equipes, maquinários, ferramentas e responsabilidade técnica para manutenção de sistema de redes de esgoto e drenagem pluvial, em caráter de serviços continuados, no Município de Campo Bom.

DESCRIPTIVO	QUANT	VLR UNIT	VLR TOTAL
EQUIPE COMPLETA PARA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE REDES DE ESGOTO E DRENAGEM PLUVIAL (CONFORME ORÇAMENTO)	3960H	R\$ 529,83	R\$ 2.098.126,80

Obs: são consideradas duas equipes idênticas sendo 1980 horas anuais para cada equipe.

1.1. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns) de engenharia, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.2. *O prazo de vigência da contratação é de 1 ANO contados do(a assinatura do contrato., prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.*

1.2.1. *O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que serviços contratados para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas (art. 6º, XV da Lei nº 14.133, de 2021) ;*

### 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

Dada a importância do princípio da continuidade dos serviços públicos e sua relevância para o bem comum, precisamos manter atividades que garantam o cumprimento das necessidades da coletividade como um todo. Para tanto, é imprescindível que haja infraestrutura básica para que estas atividades aconteçam regularmente e de forma eficaz.

Diante disto, para que se atenda de maneira eficiente , dentre as inúmeras atividades que a Secretaria de Obras de Campo Bom efetua, temos necessidade de contratação de empresa para prestação de serviços com fornecimento de equipes, maquinários, ferramentas e responsabilidade técnica para manutenção de sistema de redes de esgoto e drenagem pluvial, em caráter de serviços continuados, existentes no Município.

Sendo assim, a aquisição dos serviços solicitados se mostra necessário para atender as demandas da secretaria garantindo a manutenção dos locais afetados.

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO:**

A descrição da solução abrange a prestação de serviços de manutenção Prestação de serviços com fornecimento de equipes, maquinários, ferramentas e responsabilidade técnica para manutenção de sistema de redes de esgoto e drenagem pluvial, em caráter de serviços continuados do Município de Campo Bom-RS.

Ocorre, que a municipalidade não possui condições estruturais de dispor todas equipes necessárias para desempenhar estes serviços, não possuindo no seu inventário maquinários e servidores suficientes para desempenhar todas as funções relativas a secretaria de obras. Além disso, são serviços muito específicos que dependem de expertise na área, treinamento e aprimoramento constante além de disponibilidade integral dos equipamentos, ferramentas e maquinários necessários para desenvolver os serviços pertinentes.

Em contraponto, o mercado dispõe de um número expressivo de empresas aptas nesta área, possuindo profissionais qualificados que garantirão uma execução de qualidade e eficiência das manutenções e por consequência a continuidade do atendimento nas redes de drenagem públicas.

Em decorrência da grande demanda de solicitações de serviços de manutenção de redes de drenagem, visto que é um serviço continuado, porém muito agravado por sinistros climáticos, como chuvas intensas e cheias, por exemplo, o município vem contratando ao longo dos últimos anos empresas para execução destes serviços, com o intuito de obter maior qualidade, eficiência e eficácia na resolução das demandas, com menor valor empregado. Quando falamos em menor valor empregado, não nos referimos apenas ao dispendido financeiro, mas, também, na composição final da vantajosidade, onde deverá ser considerado ainda, a durabilidade da manutenção, sua eficiência, qualidade técnica embarcada e ininterrupção do serviço prestado ao cidadão, resultando na melhor solução.

Oportuno destacar, que rotineiramente as manutenções exigem troca de tubos, conserto de poços de visita, caixas de inspeção, bocas de lobo, etc. contudo sistema de drenagem urbana possui uma infinidade de possíveis situações difíceis inclusive de mensurar.

Por este motivo, não é possível quantificar e relacionar os insumos que poderão ser necessárias para a futura manutenção que neste caso serão fornecidos pelo município.

Assim, a melhor solução a ser empregada é a contratação dos serviços de manutenção de sistema de drenagem urbana mediante processo licitatório.

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:**

Emitir nota fiscal da prestação do serviço, efetuando os devidos recolhimentos tributários exigidos.

Responsabilizar-se com despesas como transporte (frete).

A contratada, na prestação de serviços, deverá observar que:

Executará os serviços atendendo, taxativa e rigorosamente, as determinações exaradas pelo órgão fiscalizador da CONTRATANTE, no curso da prestação dos serviços, objetivando a adequada execução dos mesmos;

Obedecerá toda a solicitação e informação exarada pela Secretaria de Obras, Planejamento e Serviços Urbanos, na prestação dos serviços;

Respeitará às normas de Segurança e Higiene no Trabalho, incluindo o fornecimento de todo o Equipamento de Proteção Individual - EPI necessário aos operadores durante a prestação dos serviços;

Substituirá, sempre que exigido pelo Município, o profissional cuja atuação, permanência ou comportamento for julgado prejudicial, inconveniente ou insatisfatório para a execução dos serviços;

Fornecerá equipamentos, combustível e operador devidamente habilitado para operar o equipamento (responsabilizando-se pelo respectivo transporte e alimentação do mesmo);

Fornecerá toda a manutenção referente ao equipamento do objeto;

Providenciará a imediata substituição do veículo que não apresentar condições para prestar os serviços previamente definidos, por outro que supre as características e condições do objeto licitado;

Utilizará na prestação de serviços, somente operadores com os quais mantem contrato de trabalho registrado na forma da lei, ou prestadores de serviços munidos de alvará de profissional autônomo, regularmente fornecidos pelo Município do respectivo domicílio;

Arcará com o custo integral da locação de outro equipamento similar, com operador e combustível, pelo prazo necessário ao cumprimento do contrato, caso ocorra qualquer sinistro impeditivo do cumprimento do mesmo;

Disponibilizará para prestação de serviços, conforme necessidade da Secretaria de Obras, o equipamento e tudo que se fizer necessário para o perfeito funcionamento do mesmo;

Quando da requisição da equipe pela contratante, deverá apresentar ao Serviço de Fiscalização do Município, cópia dos documentos de propriedade dos veículos, e documentação relativa aos operários (CLT), com todas as obrigações legais exigíveis devidamente adimplidas, bem como seguro obrigatório e seguro contra terceiros do mesmo e também, cópia da pertinente habilitação do condutor do veículo correspondente, sendo todos rigorosamente na forma da lei e em dia;

Toda a responsabilidade de segurança do transporte será inteiramente da contratada, sem ônus ao contratante;

Qualquer acidente ou incidente durante o deslocamento e/ou entrega do objeto licitado, serão de responsabilidade total da empresa contratada;

As solicitações deverão ser feita, pela contratante, por escrito, no prazo mínimo de 24 horas de antecedência, para a disponibilização das equipes;

A contratada deverá prestar os serviços empregando sempre a melhor técnica aplicável, devendo fazer uso de profissionais qualificados, responsabilizando-se pela correta execução dos mesmos, e por tudo o que se fizer necessário para a perfeita realização do objeto, bem como observar todas as normas e cautelas legais e administrativas atinentes;

Respeitar as propriedades circunvizinhas aos locais onde os serviços serão prestados de tal modo que não sofram qualquer dano em razão da execução dos mesmos;

O aterro necessário será importado de áreas públicas do município de Campo Bom;

As características constantes deste objeto são pré-requisitos mínimos que o licitante, obrigatoriamente, deverá cotar em sua proposta.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:**

A utilização dos serviços será conforme necessidade da Secretaria de Obras mediante empenho emitido, podendo a quantidade de horas variar de mês para mês.

A cada período a contratada emitirá a nota fiscal e planilha de serviços executados;

As equipes atenderão às demandas necessárias conforme orientação dos responsáveis dos setores da secretaria que necessitem do serviço;

As medições serão feitas por horas trabalhadas (produtivas), onde será contabilizado a partir do início dos serviços. O controle será feito por meio de planilhas onde devem constar as horas trabalhadas, o tipo de equipamento usado, número de operadores, número de servidores, endereços dos serviços, número de protocolo, ano, horário dia e mês.

O pagamento será mensal e a planilha deverá ter a assinatura do responsável pela fiscalização dos serviços, bem como a do secretário. Somente serão contabilizadas as quantidades efetivamente executadas, todo e qualquer serviço não previsto em memorial, que for julgado indispensável, por parte da fiscalização, para o perfeito e total cumprimento do objeto, deverá ser executado pela contratada e será acrescido ao contrato por meio de aditivo.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:**

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

A execução do contrato/ata de registro de preços deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), designados por Portaria.

O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato/ata de registro de preços todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);

Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

O fiscal do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:**

Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

Os bens serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;
- b) A data da emissão;
- c) Os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) O período respectivo de execução do contrato;
- e) O valor a pagar; e
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

O Pagamento será realizado mediante verificação da regularidade fiscal da contratada, caso esteja irregular, havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação fiscal.

O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme item anterior.

No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização,



mediante aplicação do índice de 0,2% ao mês de juros de mora e correção monetária com base INPC.

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:**

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, no regime de empreitada por preço unitário.

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

**Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional, em plena validade;

Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

#### 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

O custo estimado total da contratação é de R\$ 2.098.126,80 (dois milhões, noventa e oito mil, cento e vinte e seis reais e oitenta centavos), conforme custos unitários apostos na tabela abaixo:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM/RS						
Secretaria de Obras, Planejamento e Serviços Urbanos						
1.0 PLANILHA DE ORÇAMENTO (EQUIPE/HORA)						
OBJETO: Prestação de serviços com fornecimento de equipes, maquinários, ferramentas e responsabilidade técnica para manutenção de sistema de redes de esgoto e drenagem pluvial, em caráter de serviços continuados, no Município de Campo Bom.						
Item	Referência SINAPI	Descrição dos Serviços	Unid.	Quant.	CUSTO (R\$)	
					Und./h	Total/h
OBS: Incluso todos os encargos complementares.						
1 MÃO DE OBRA						
1.1	S-88255	ENCARREGADO	h	0,5	R\$ 27,51	R\$ 13,76
1.2	S-88309	PEDREIRO	h	1	R\$ 24,11	R\$ 24,11
1.3	S-88294	OPERADORES DE RETRO ESCAVADEIRA	h	1	R\$ 31,83	R\$ 31,83
1.4	S-88281	OPERADORES DE CAMINHÃO BASCULANTE	h	1	R\$ 22,97	R\$ 22,97

1.5	S-88316	SERVENTES	h	2	R\$20,08	R\$40,16
1.6	S-90777	RESPONSÁVEL TÉCNICO (8 HORAS SEMANAIS)	h	0,2	R\$97,16	R\$19,43
obs: o encarregado será copartilhado com as duas equipes						
Total mão de obra						R\$152,26
2 EQUIPAMENTOS						
OBS: Incluso todos os custos diretos de Operação: combustível, manutenção, licenciamento, depreciação, juros, ferramentas, epis, sinalização, seguros entre outros.						
2.1	S-5875	RETRO ESCAVADEIRA 4X4 (CHP)	h	0,8	R\$103,97	R\$83,18
2.2	S-5877	RETRO ESCAVADEIRA 4X4 (CHI)	h	0,2	R\$31,50	R\$6,30
2.3	S-67826	CAMINHÃO TOCO BASCULANTE 6m³ (CHP)	h	0,65	R\$161,32	R\$104,86
2.4	S-67827	CAMINHÃO TOCO BASCULANTE 6m³ (CHI)	h	0,35	R\$37,21	R\$13,02
2.5	S-92138	CAMINHONETE CABINE DUPLA (transporte de funcionários, materias e equipamentos)CHP	h	0,7	R\$70,00	R\$49,00
2.5	S-92139	CAMINHONETE CABINE DUPLA (transporte de funcionários, materias e equipamentos)CHI	h	0,3	R\$18,77	R\$5,63
Total Equipamento						R\$261,99
Subtotal (M.O. + Equipamento)						R\$414,25
TOTAL CUSTO EQUIPE/HORA						R\$414,25
BDI 27,96%						R\$115,58
PREÇO TOTAL UNITÁRIO EQUIPE/HORA (R\$/H)						R\$529,83
		PREÇO TOTAL GLOBAL (CONSIDERANDO DUAS EQUIPES)	Horas:		3.960,00	R\$2.098.126,80
CONSIDERANDO PRODUÇÃO DE 165H MENSAL POR EQUIPE. AS DUAS EQUIPES TOTALIZAM 3960 HORAS ANUAIS						
SINAPI MO Desonerado 12/2023						
ENCARGOS SOCIAIS: 83,34%						

**10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.

Dotação: 09.02.2.216.3.3.90.39.99.99.00.00

Despesa é 2977/2024

**11. DA FISCALIZAÇÃO**

Fica designado como fiscal técnico do contrato o Sr. Diego Jardel Strack e Arno Braun.

Campo Bom, 30 de Janeiro 2024

Diego Jardel Strack

Eng Civil